

SÍNTESE INFORMATIVA DO EDITAL

Órgão Gerenciador	Prefeitura Municipal de Cataguases – UASG 984305
Processo licitatório nº	264/2023
Pregão Eletrônico nº	109/2023
SRP Registro de Preços nº	138/2023
Critério de julgamento	Menor preço por item
Data e horário de abertura para lances:	08/01/2024. Início: 09h (nove horas) Local: www.comprasgovernamentais.gov.br
Local:	www.comprasgovernamentais.gov.br
Objeto do certame	Registrar preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de gêneros alimentícios com entrega parcelada para atender as demandas da Secretaria de Desenvolvimento Social de Cataguases/MG.
Valor global estimado	R\$ 461.629,68
Informações gerais	Na internet, no site www.cataguases.mg.gov.br e e-mail: pregaocataguases@gmail.com , telefones (32) 99940 5331.
Referência de tempo	Horário de Brasília

A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR EM SUA PROPOSTA, OBRIGATORIAMENTE, ENDEREÇO DE E-MAIL VÁLIDO POR ONDE CORRERÃO AS COMUNICAÇÕES/NOTIFICAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES, PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS.

Alguns itens podem apresentar alguma divergência entre a descrição do sistema Comprasnet e o termo de referência, sendo a aceita o item ofertado de acordo com o TERMO DE REFERENCIA e a PROPOSTA COMERCIAL – ANEXO II.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 109/2023

Processo nº: 264/2023

Data de Abertura para lances: 08/01/2024

Horário: 09 (nove) horas

Local: www.comprasgovernamentais.gov.br

O **MUNICÍPIO DE CATAGUASES**, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES**, com endereço a Praça Santa Rita, 462 – Centro – Cataguases (MG), por intermédio de seu Pregoeiro o Sr. Neimar Garcia de Oliveira, Pregoeira Substituta a Sra. Janete Aparecida Garcia e Equipe de Apoio ao Pregão, designados pela portaria nº 390/2023, torna público aos interessados a abertura do **Processo Licitatório nº 264/2023** para Sistema de Registro de Preços nº 138/2023, na modalidade **Pregão na forma ELETRÔNICA nº 109/2023, Tipo Menor Preço por ITEM, com objeto de futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de gêneros alimentícios com entrega parcelada para atender as demandas da Secretaria de Desenvolvimento Social de Cataguases/MG**. O pregão será regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto 3648 de 15/01/2010, Decreto 4317 de 09/03/2015, Decreto 5.193 de 13/02/2020 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, Lei Complementar 123/2006 alterada pela Lei Complementar 147/2014 pelas demais normas pertinentes e pelas condições fixadas neste presente Edital.

1. DO OBJETO DO PREGÃO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de gêneros alimentícios com entrega parcelada para atender as demandas da Secretaria de Desenvolvimento Social de Cataguases/MG**, conforme especificado no Termo de Referência e demais anexos, que fazem parte deste Edital independentemente de transcrição.

1.2. A licitação será por item, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, quando houver mais de um.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. A descrição complementar dos itens constantes da Relação de Itens encontra-se no anexo I do Termo de Referência e anexo II modelo de proposta.

1.5. A presente licitação será processada e julgada com base na Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto 3648 de 15/01/2010, Decreto 4317 de 09/03/2015, Decreto 5.193 de 13/02/2020 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, Lei Complementar 123/2006 alterada pela Lei Complementar 147/2014 e pelo Decreto nº 10.024/2019 e pelas demais normas pertinentes e pelas condições fixadas neste presente Edital e suas alterações posteriores.

1.6. Aplicar-se-á ao presente procedimento os Princípios legalidade, impessoalidade, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, publicidade, eficiência, oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, sempre objetivando o melhor resultado possível para a Administração Pública de Cataguases.

1.7. Na fase de execução contratual, além dos regramentos de direito público, o fornecimento reger-se-ão pela Lei Federal 10.402/2002 (Código Civil), pelos princípios de direito privado aplicados aos contratos administrativos, em particular, o Princípio da Boa-Fé Objetiva Contratual, que atua não só no âmbito do exercício de direitos e poderes, mas também na constituição das relações e no cumprimento dos deveres, implicando na necessidade de uma conduta leal, honesta, estimada e que se pode esperar de uma pessoa, protegendo a confiança que, fundamentadamente, pode-se depositar no comportamento de outrem.

1.8. Constituem anexos do presente EDITAL:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO;

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.

ANEXO IV – MAPA ANALÍTICO

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ÓRGÃO GERENCIADOR

2.1. O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Cataguases – UASG 984305

2.2 Os recursos do Órgão Gerenciador para cobrir as despesas decorrentes da aquisição objeto desta licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE/CENTRO DE CUSTO
02.07 – FUNDO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (Decreto Municipal nº 5.193/2020 combinado com o Decreto Federal nº 5.450/2005) e do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.3. Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.7. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes

ao pregão eletrônico (Decreto Municipal nº 5.193/2020 combinado com o Decreto Federal nº 5.450/2005 e Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019).

3.8. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura Municipal de Cataguases, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º Instrução Normativa nº 03, de 26 de abril de 2.018, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, e suas alterações posteriores.

4.2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema-Comprasnet.

4.3 Para todos os itens a participação é exclusiva a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte ou equiparadas, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.4 Não poderão participar desta licitação os seguintes interessados:

- a) Pessoas jurídicas sob procedimento de falência, recuperação judicial ou extrajudicial;
- b) Pessoas jurídicas em dissolução ou em liquidação;
- c) Pessoas jurídicas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- d) Pessoas jurídicas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;
- e) Pessoas jurídicas que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998;
- f) Pessoas jurídicas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- g) Pessoas jurídicas que estejam reunidas em consórcio;
- h) Pessoas jurídicas impedidas de licitar e contratar com o Município de Cataguases (art. 7º da Lei nº 10.520/2002) ou suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com a Administração Pública Municipal (art. 87, III, da Lei nº 8.666/93);
- j) Pessoas físicas;
- k) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.5 É vedada a contratação de uma mesma empresa para dois ou mais serviços licitados, quando, por sua natureza, esses serviços exigirem a segregação de funções, tais como serviços de execução e de assistência à fiscalização, assegurando a possibilidade de participação de todos licitantes em ambos os itens e seguindo-se a ordem de adjudicação entre eles.

4.6 Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, 14 de dezembro de 2006, e suas alterações posteriores, estando apto a usufruir do **tratamento favorecido** estabelecido em seus arts. 42 a 49;

- b) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- c) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;
- d) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- e) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- f) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição da República;
- g) que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Declaração de Proposta Independente;
- h) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- i) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição exigida neste Edital sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei penal, com a comunicação do fato à Autoridade Policial competente/órgão do Ministério Público, bem como às cominações sancionadoras deste Edital e da Lei Federal nº 10.520/2002.

4.8. As declarações somente serão visualizadas pelo pregoeiro na Fase de Habilitação.

5. DO PROCEDIMENTO

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital**, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço **ou a descrição detalhada dos produtos**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação, horário de Brasília, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

5.2 O envio da proposta (modelo anexo II), acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 Conforme § 2º do art. 26 do Decreto 10.024/19, os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.3.1 Caso algum documento de habilitação exigidos no edital (item 10.17.1 e subitens) não conste no SICAF, se torna OBRIGATÓRIO o encaminhamento exclusivamente por meio do sistema, os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e

o preço ou a descrição detalhada dos produtos, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, sob pena de desclassificação.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS.

6.1 A FIM DE PROPORCIONAR MÁXIMA SEGURANÇA JURÍDICA À CONTRATAÇÃO, AO CADASTRAR A PROPOSTA O LICITANTE DEVERÁ, OBRIGATORIAMENTE, INCLUIR A DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO (BEM/SERVIÇO) OFERTADO E O VALOR UNITÁRIO, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.

6.2 Poderá ser recusada a descrição acompanhada da expressão “CONFORME O EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA”.

6.3. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor unitário e total do item (Bem/Serviço);

b) Descrição do objeto contendo as informações detalhadas, que podem ser similares ou de qualidade superior às especificações/informações do Termo de Referência.

6.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante, para todos os efeitos legais.

6.5 Nos valores propostos estarão incluídos todos os custos operacionais, administrativos, securitários, previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam, direta ou indiretamente, no fornecimento do bem ou na prestação dos serviços.

6.6 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los as suas expensas a fim de fornecer o bem.

6.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Edital e o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o fornecimento nos seus termos, bem como de fornecer os materiais,

equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, vinculam juridicamente a licitante, sendo de sua exclusiva responsabilidade, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1. Na data e horário estabelecidos e em conformidade com o tópico 5.1 deste Edital, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas, que serão analisadas e classificadas pelo pregoeiro, passando-se para a etapa de lances, conforme Edital, e de acordo com a legislação vigente.

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

8.2.1 Também será desclassificada a proposta no momento dos lances que identifique o licitante.

8.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor total/unitário do item, conforme o caso.

8.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.9 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

8.10 MODO DE DISPUTA

8.10.1 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.10.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.10.3 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.10.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.10.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.10.6 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.10.7 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

8.11 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

8.12 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

8.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.17 O Critério de julgamento adotado será o **menor valor por item**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.18 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.19 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.20 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.21 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.22 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.23 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.24 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

8.25 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

a) no País;

b) por empresas brasileiras;

c) por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.28.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo mínimo de 02(duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.29 Os lances deverão ser dados pelo valor unitário ou do lote, conforme o caso.

8.30 Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, o licitante classificado em primeiro lugar deverá reduzir os preços para os itens cujo valor proposto for superior ao valor do menor lance ofertado para o item.

8.31 Imediatamente após o encerramento da etapa de lances o pregoeiro retirará a proposta do licitante no sistema e anexará no processo.

8.32 IMPORTANTE: OS VALORES, UNITÁRIO E TOTAL, poderão ter no MÁXIMO DUAS CASAS DECIMAIS, estando o pregoeiro autorizado a fazer arredondamento a menor.

8.33 Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, o lance cujo valor seja manifestamente inexecutável.

8.34 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

9.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto, observando o disposto no parágrafo único do art. 7º 10.024/2019.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

9.2.1 Propostas em desacordo com o disposto no artigo 48, II, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

9.2.2 Propostas que não atenderem às exigências contidas neste edital; as que contiverem opções de valores alternativos; as que forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas.

9.2.3 Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

9.2.4 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta/documentação.

9.2.4.1 - Nesse caso, a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da diligência promovida.

9.3 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo mínimo de 2(duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.3.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.4 QUALIFICAÇÃO DO VENCEDOR:

9.4.1 Será exigido do vencedor a qualificação técnica abaixo sob pena de desclassificação no prazo de 05 (cinco) dias úteis cujo termo inicial corresponderá ao momento que o licitante proponente for declarado vencedor do certame:

9.4.2 Alvará de Funcionamento e Sanitário vigente emitido pela Secretaria Municipal ou Estadual de Saúde ou comprovação de dispensa.

9.5. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.6 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

9.7 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

9.8 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.

9.9 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes;

9.10 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.11 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.12 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.13 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.14 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.15 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Condições prévias ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar:

10.1.1. O Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, especialmente quanto a existência de sanção que impeça a participação no certame mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

10.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.5 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.6 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.7 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43, da Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar 155/2016).

10.7.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, quando requerido pelo licitante, desde que não haja urgência na contratação ou prazo insuficiente para emissão do empenho, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.7.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para efeito de contratação (emissão de empenho) ou revogar a licitação.

10.8 Deverá ser comprovado o enquadramento em um dos dois regimes, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123/2006.

10.9. A comprovação do presente tópico poderá ser suprida, durante a sessão do pregão, no caso em que o pregoeiro puder comprovar tal situação em sítio oficial de qualquer esfera de governo, imprimir e juntar a declaração aos autos do processo.

10.10. O pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, relativos aos documentos por ele abrangidos, credenciamento, à habilitação jurídica e a regularidade fiscal (níveis I - Credenciamento, II – Habilitação Jurídica, III - Regularidade Fiscal Federal e trabalhista, IV - Regularidade Fiscal Estadual e Municipal e VI - Qualificação Econômico-Financeira (Certidão de Falência e Concordata)).

10.10.1.É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.10.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, **exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s)**, conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

10.10.3 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.12. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.13. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.14 IMPORTANTE: De acordo com o item 5.3, os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e onde o pregoeiro poderá consultar a documentação exigida.

10.14.1 Para os licitantes que estiverem com documentos faltando no SICAF, estes deverão proceder conforme 5.3.1.

10.15 Segue abaixo a documentação exigida para habilitação, sendo enviada caso não conste no SICAF (5.3), sob pena de inabilitação.

10.15.1 Habilitação jurídica:

10.15.1.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.15.1.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.15.1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social **em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.15.1.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.15.1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.15.1.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.15.1.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.15.1.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.15.2 Regularidade fiscal e trabalhista:

10.15.2.1 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.15.2.2 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.15.2.3 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.15.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

10.15.2.5 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município.

10.15.3 Qualificação Econômico-Financeira.

10.15.3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, com data de emissão dos 90 (noventa) dias anterior a abertura desta licitação;

10.15.4 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.15.5 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.15.6 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.15.7 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.15.8 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.16 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11- DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no mínimo de duas horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.1.3 Apresentar o prospecto juntamente com a proposta atualizada caso for solicitado pelo pregoeiro no chat.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

11.3 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.4 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12. DOS RECURSOS

12.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, de forma motivada e no prazo mínimo de 30 (trinta) minutos, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso. Os demais licitantes, desde logo, ficam intimados para, havendo interesse, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.3. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.4. A decisão do pregoeiro deverá ser motivada e submetida à apreciação do Prefeito Municipal.

12.5 O acolhimento do recurso implica tão somente na invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.

12.6. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais.

12.7. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no item 12.1, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.4. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com **os dados contidos no SICAF**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

14.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que não houver recurso.

14.1.1. O pregoeiro poderá encaminhar o processo ao setor que solicitou a aquisição ou outra área especializada da Prefeitura Municipal de Cataguases, com vistas à verificação da aceitabilidade do item cotado e para aferir o preço de acordo com a realidade de mercado antes da adjudicação do certame.

14.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 A classificação será mantida durante 12 (doze) meses, a partir da data de publicação da Ata de Registro de Preços, exceto nos casos em que houver exclusão do SRP (Sistema de Registro de Preços), a título de penalidade imposta pela administração.

15.2. Homologado o resultado desta Licitação, a Prefeitura Municipal de Cataguases, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços em até 10 (dez) dias úteis.

15.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante a Prefeitura Municipal de Cataguases, a Ata de Registro de Preços poderá ser encaminhada para assinatura do adjudicatário, mediante

correspondência postal ou meio eletrônico, com aviso de recebimento (AR), para que seja assinada no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da sua data de recebimento.

15.4. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preço poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração da Prefeitura Municipal de Cataguases.

15.5. Constará da Ata de Registro de Preços, todas as informações necessárias à:

- a) Identificação do processo;
- b) Caracterização do objeto;
- c) Identificação das empresas;
- d) Preços ofertados pelas classificadas, item a item;
- e) Direitos e responsabilidades das partes.

15.6. O registro de preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação da Ata de Registro de Preços.

15.7. A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Cataguases a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às Licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

15.8. Durante a validade do Registro, a Licitante Vencedora não poderá alegar indisponibilidade do material ofertado, sob pena de lhe serem aplicadas as Penalidades previstas neste Edital e na Lei.

16. DA PARTICIPAÇÃO E ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇO

16.1. A Prefeitura Municipal de Cataguases é o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preço e gerenciamento da Ata de Registro de Preço dele decorrente.

16.2. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preço qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta à Prefeitura Municipal de Cataguases – Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n.º 8.666/1993.

16.3. Caberá ao Fornecedor Beneficiário da Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, no caso da hipótese prevista na condição anterior, sem prejuízo dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

16.4. Caso haja anuência do Fornecedor Beneficiário, cada órgão usuário poderá adquirir até 100% (cem por cento) dos quantitativos máximos registrados na Ata de Registro de Preço.

16.4.1 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços NÃO poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preço para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

16.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

17. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO DO DETENTOR DA ATA

17.1. O detentor da Ata terá o seu registro de preço cancelado na Ata, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

17.1.1. A pedido do detentor da Ata, quando:

a) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior; e

b) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado, elevações essas não corrigíveis por meio de repactuação ou reequilíbrio.

17.1.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de Cataguases, quando:

a) A licitante não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) A licitante perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

c) Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

d) A licitante não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preço;

e) A licitante não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preço;

f) Ficar caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes.

18. DO CANCELAMENTO AUTOMÁTICO DO REGISTRO DE PREÇO

18.1 A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Quando não restarem fornecedores registrados.

19. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS/FORNECIMENTO DE MATERIAL

19.1. Após a assinatura da ata de registro de preços, a empresa terá um prazo conforme termo de referência para início da prestação dos serviços ou fornecimento, conforme objeto do edital.

19.2. A prestação dos serviços ou fornecimento do bem deverá atender rigorosamente às especificações constantes deste Edital e seus Anexos e projeto básico. A prestação dos serviços ou fornecimento fora das especificações indicadas implicará na recusa, por parte da Administração, que os colocará à disposição do fornecedor para substituição.

19.3. A reparação ou substituição da prestação dos serviços ou material deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos ou conforme termo de referência, a contar da notificação da Secretaria solicitante ao fornecedor sobre a recusa dos mesmos. Esgotado esse prazo, a empresa será considerada em atraso e sujeita às penalidades cabíveis.

19.4. A entrega dos serviços/material deverá ser realizada dentro do prazo estabelecido e será considerada como recusa formal a falta de entrega dos mesmos no prazo estabelecido, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado pelo fornecedor e reconhecido pela PMC.

19.5. O recebimento da prestação dos serviços/material dar-se-á por intermédio de representante designado pela PMC e será:

a) Provisório: na entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo, com as especificações solicitadas;

b) Definitivo: após a conclusão da conferência e análise necessárias e sua consequente aceitação definitiva, que ocorrerá no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

20. DO PAGAMENTO

20.1 O pagamento decorrente da concretização desta licitação será efetuado pelo Setor Financeiro da Prefeitura Municipal de Cataguases, por processo legal, **no prazo de 30 (trinta) dias** após a apresentação da Nota Fiscal, desde que atendidas as exigências do Edital.

20.1.1. A Nota Fiscal/Fatura terá que ser emitida, obrigatoriamente, com o número de inscrição no CNPJ apresentado para a Habilitação, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou matriz, salvo se, no caso de tributos e contribuições das filiais, quando, a empresa estiver autorizada a centralizá-los em sua Matriz ou Sede;

20.1.2. Os documentos comprovando tal centralização deverão ser fornecidos pelos órgãos competentes, constando da documentação apresentada na Habilitação.

20.2 A dotação orçamentária destinada ao pagamento do objeto licitado está prevista e indicada no processo, pela área competente da Prefeitura Municipal de Cataguases, sob o número:

UNIDADE/CENTRO DE CUSTO
02.07 – FUNDO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

20.3 Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à empresa adjudicatária carta de correção quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada no prazo de 2 (dois) dias úteis.

20.4 Caso a contratada não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

20.5 O valor total estimado para a presente licitação é da ordem de R\$ 461.629,68 (quatrocentos e sessenta e um mil, seiscentos e vinte e nove reais e sessenta e oito centavos), de acordo com o mapa analítico anexo.

20.6 No preço proposto já deverão estar incluídos todos os custos necessários para o cumprimento do objeto da licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

20.7 A empresa deverá observar e cumprir o Decreto 5.811/2023 para as emissões da NF em relação às retenções do IR.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Com fundamento no art.7º da Lei Federal nº 10.520/2002, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados e Municípios e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito à ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais previstas neste edital, o licitante que:

- Recusar-se a retirar/receber a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido;
- Deixar de entregar documentação exigida no edital;
- Apresentar documentação falsa;

- d) Ensejar o retardamento da execução do seu objeto;
- e) Não manter a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;
- i) Recusar-se a assinar o contrato, no prazo estabelecido.

21.2. A sanção de advertência consiste em uma comunicação formal ao fornecedor, advertindo-lhe sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada a impropriedade e, notificando que, em caso de reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada, e será expedido:

a) pelo coordenador executivo do Setor de Licitações do órgão ou entidade da administração pública quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços;

b) pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

21.3. A multa é a sanção pecuniária que será imposta à pessoa física ou jurídica licitante ou à contratada responsável pelo atraso/mora no cumprimento de suas obrigações licitatórias ou contratuais ou pela prática de determinados atos, de acordo com os percentuais a seguir:

21.3.1. Percentuais de multa moratória:

a) de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso ou de justificativa recusada pela Administração, relacionado ao prazo de entrega/fornecimento do bem ou à execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 10% (dez por cento)

b) 1,0% (um por cento) por dia de atraso injustificado, ou de justificativa recusada pela Administração, relacionado ao prazo de entrega/fornecimento do bem ou à execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 15% (quinze por cento);

21.3.2. Percentuais de multa compensatória:

a) 10% (dez por cento) sobre o valor do bem ou serviço contratado, pelo descumprimento de qualquer obrigação por parte da pessoa física ou jurídica, exceto aquelas relacionadas ao prazo de entrega/fornecimento ou execução.

21.3.3. O valor da sanção pecuniária deverá obrigatoriamente ser deduzido de eventuais créditos ou garantias da pessoa física ou jurídica, ou cobrado administrativa ou judicialmente.

21.3.4. Sempre que o valor da sanção pecuniária ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial, pelo órgão competente.

21.3.5. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega/fornecimento ou execução do serviço.

21.3.6. A aplicação da sanção pecuniária não impede que sejam aplicadas outras penalidades previstas na lei.

21.4. A recusa em cumprir com a entrega dos produtos equivale a inadimplência contratual, sujeitando a adjudicatária a multa de 10% sobre o valor global da proposta adjudicada.

21.5 A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Prefeito Municipal.

21.5.1. A declaração de inidoneidade prevista neste item permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou.

21.5.2. A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada e seus efeitos serão extensivos a toda Administração Pública.

21.6. Compete ao órgão ou entidade requisitante da contratação a indicação das penalidades previstas na lei, cuja aplicação dependerá de ato da autoridade competente.

21.7. É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas nos itens acima, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade.

21.8. A sanção de advertência pode ser aplicada à CONTRATADA juntamente à de multa.

21.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.10. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela PMC, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas neste edital.

22. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, pelo endereço eletrônico e-mail: pregaocataguases@gmail.com

22.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

22.3. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.4. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço pregaocataguases@gmail.com.

22.5 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

22.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.6.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.6.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22.6.3 É conveniente a confirmação do recebimento do e-mail, através do telefone: (32) 99940-5331.

23. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

23.1. Os valores contratados poderão ser revistos mediante solicitação da contratada com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do art. 65, II "d" da Lei 8.666/93;

23.2. As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

24.2. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.

24.3. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do Pregão.

24.4. É facultada ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

24.5. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.6. Os licitantes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas Propostas de Preços.

24.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito do licitante à execução do objeto.

24.8. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

24.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Cataguases.

24.10. Para fins de aplicação da sanção administrativa deste Edital, o lance é considerado proposta.

24.11. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

24.12. Os casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10.520/02, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

24.13. Todos os horários estabelecidos neste Edital, em avisos e errata, e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário oficial de Brasília, DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame, da mesma forma que toda menção a valores refere-se a moeda Real (R\$).

25. DO FORO

25.1. O Foro competente para dirimir as controvérsias desse Edital é o da Comarca de Cataguases,

Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 10.153/2.009 ou do art. 59, da Lei Complementar Estadual nº 059/2001.

Cataguases, 29 de novembro de 2023.

José Henriques
Prefeito de Cataguases

ANEXO I

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 264/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 109/2023
REGISTRO DE PREÇOS Nº 138/2023

- **ELABORADO PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.**

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

O presente documento tem por objetivo estabelecer as condições gerais que orientarão o **Processo Licitatório, na Lei nº 8.666/93**, modalidade **Pregão Eletrônico**, sistema **Registro de Preços** e tipo **Menor Preço Por Item**, para aquisição de gêneros alimentícios, com entrega parcelada, para atender as demandas da Secretaria de Desenvolvimento Social de Cataguases.

2. DA JUSTIFICATIVA

A presente licitação visa aquisição de gêneros alimentícios para atender as demandas dos setores da Secretaria de Desenvolvimento Social de Cataguases e dos serviços ofertados pelas Proteções Sociais Básica e Especial, entre eles: **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)**, **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCVF)** e **Serviço de Acolhimento Institucional**.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família tem como objetivo apoiar as famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. Já o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos orienta usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares. Para tanto, são oferecidos lanches aos usuários atendidos.

Ofertado pelos Abrigos Institucionais (Casa da Criança e Casa do Adolescente) e Albergue Noturno, o Serviço de Acolhimento Institucional precisa garantir a proteção dos abrigados de forma integral, tendo como um requisito obrigatório, a alimentação saudável.

3. DA DESCRIÇÃO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE

2.1 Os códigos utilizados na planilha abaixo são referentes as descrições/especificações mais próximas encontrados em pesquisa no "COMPRASNET", devendo ser considerado as descrições/especificações deste termo.

2.2 Aos produtos em que as normas de qualidade/segurança/sustentabilidade se aplicam, deverão ser apresentados os selos, registros e/ ou outros documentos que atestem estes quesitos entre outros correspondentes às legislações vigentes aplicáveis a cada um, ou sua isenção quando couber.

2.3 Todos os itens descritos abaixo devem estar acondicionados em embalagem atóxica, não violados, livre de sujidades, parasitas, larvas e detritos animais ou vegetais.

2.4 Todos os itens descritos abaixo devem estar acondicionados em embalagem original do fabricante contendo as especificações, procedência, componentes e data de validade.

2.5 As datas de validade de cada item deverão ser de no mínimo 70%, a partir da data de entrega.

Item	Produto	Descrição	Quantidade	Unidade	Código
1	Achocolatado	Achocolatado tipo em pó, sabor chocolate, mínimo de 30 % de cacau na sua composição, enriquecido com vitaminas e/ou minerais. Pacote de 400 gramas.	2.000	Unidades	463556
2	Açúcar cristal	Açúcar tipo cristal, obtido da cana de açúcar, livre de impurezas. Pacote de 5kg.	1.500	Pacotes	463988
3	Açúcar refinado	Açúcar tipo refinado, livre de impurezas. Pacote de 1kg.	300	Unidades	463994
4	Amendoim	Amendoim cru (in natura), sem casca, tamanho médio. Pacote de 500g.	50	Unidades	233881
5	Amido de milho	Amido de milho (amiláceo extraído do milho). Pacote de 1kg.	100	Pacotes	459077
6	Apresentado	Embutido tipo apresentado de boa qualidade, em fatias, acondicionado em embalagem que permita visibilidade do produto. Embalagem com 1 kg.	200	Unidades	447764
7	Arroz	Arroz beneficiado, tipo agulhinha, subgrupo polido, longo fino, classe tipo 1, livre de impurezas. Pacote de 5kg.	800	Pacotes	458904
8	Atum em conserva	Atum sólido em óleo comestível. Peso líquido 170g, peso drenado 120g.	400	Latas	448996
9	Azeite de oliva	Azeite de oliva extra virgem, 500ml	160	Unidades	463696
10	Azeitona	Azeitonas verdes, com caroço, água, sal e acidulante. Embalagem peso drenado 500g.	200	Unidades	459636
11	Bala mastigável	Bala macia, mastigável, sortida, colorida e aromatizada artificialmente. Sabores diversos. Pacote de 600g	100	Pacotes	474370
12	Batata palha	Batata frita tipo palha, crocante, matéria-prima de primeira qualidade, seca, fina, pronta para consumo, sem sal. Embalagem de 500g.	650	Unidades	463707
13	Biscoito amanteigado	Biscoito amanteigado doce, à base de farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, açúcar invertido, amido, sal, fermentos químicos, acidulantes, emulsificantes e aromatizantes. Embalagem de 330 a 400g.	500	Pacotes	316835
14	Biscoito tipo maisena	Biscoito tipo maisena, doce, à base de farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico. Embalagem de 400 g.	1.000	Pacotes	389172
15	Biscoito recheado	Biscoito doce recheado à base de farinha de trigo, enriquecida com ferro e ácido fólico, aromatizantes. Sabor chocolate. Embalagem de 125 a 140 g.	1.000	Pacotes	323479
16	Biscoito cream cracker	Biscoito salgado à base de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, soro de leite, açúcar, sal, emulsificantes e fermentos químicos. Embalagem de 200g.	1.000	Pacotes	235092
17	Bombom	Bombom tipo bola com recheio à base de castanha de caju e cobertura de chocolate preto ao leite. Pacote contendo aproximadamente 50 unidades. Embalagem de 825 g a 1.000g.	150	Pacotes	464002

18	Caldo de carne	Preparado para caldo em pó, sabor carne. Embalagem com aproximadamente 1Kg.	50	Unidades	339479
19	Caldo de galinha	Preparado para caldo em pó, sabor galinha. Embalagem com aproximadamente 1Kg	50	Unidades	339478
20	Canela em pó	Canela tipo em pó. Embalagem 50 g.	50	Unidades	463872
21	Canjiquinha de milho	Canjiquinha de milho, amarela, fina, tipo1. Embalagem de 500 g.	100	Pacotes	459072
22	Cartela de ovos	Ovos brancos de galinha, tamanho grande, classe A, acondicionados em cartelas com 30 unidades.	250	Unidades	446618
23	Cereal infantil	Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, farinha de arroz, carbonato de cálcio, fosfato de sódio dibásico, vitaminas (vitaminas C, vitamina B1), fumarato ferroso e aroma vanilina. Contém traços de leite. Indicado para crianças a partir de 6 meses. Embalagem de 400g.	200	Lata	256589
24	Creme de leite	Creme de leite padronizado, leite em pó desnatado. Embalagem de 200g.	500	Unidades	446532
25	Doce de leite	Leite integral e/ou leite em pó integral reconstituído, açúcar, cloreto de sódio e lactose. Aspecto cremoso, embalagem de 400 g.	180	Unidades	462601
26	Ervilha	Ervilha em conserva pronta para o consumo. Embalagem peso drenado 170 a 200g	150	Unidades	462823
27	Extrato de tomate	Extrato à base de polpa de tomate, açúcar e sal. Embalagem de 340 g.	1.000	Lata	346922
28	Farinha de mandioca	Farinha de mandioca torrada, de primeira qualidade, seca, fina. Embalagem de 1 kg.	150	Pacotes	458920
29	Farinha de trigo sem fermento	Farinha de trigo tipo 1, especial sem fermento, enriquecida com ferro e ácido fólico. A Embalagem de 1 kg.	250	Pacotes	465332
30	Farinha de trigo	Farinha de trigo tipo 1, especial com fermento, à base de sal, fermento químico. Embalagem de 1 kg.	250	Pacotes	460265
31	Farinha láctea	Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, sal, aromatizante, açúcar, leite em pó integral, vitaminas e minerais. Para preparo instantâneo. Embalagem de 400 g.	150	Unidades	463974
32	Feijão vermelho	Feijão vermelho, Tipo 1, novo, seco, cru (in natura), constituído de grãos da mesma coloração. Embalagem de 1 kg.	1.700	Unidades	464558
33	Fermento em pó	Amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocálcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Sem glúten. Embalagem de 100 g.	100	Unidades	229197
34	Fubá de milho	Fubá de milho de boa qualidade, enriquecido com ferro e ácido fólico. Embalagem de 1 kg.	200	Pacotes	470688
35	logurte	logurte integral, pronto para consumir, sabor sortido, produzido com frutas naturais. Embalagem 170g	1.000	Unidades	446706
36	Leite condensado	Leite integral e/ou leite em pó integral, açúcar e lactose. Embalagem de 395 g	600	Unidades	464014

37	Leite em pó instantâneo	Produto adquirido por meio da desidratação do leite integral. Leite integral e emulsificante lecitina de soja. Embalagem de 400g.	200	Unidades	446019
38	Macarrão espaguete	Macarrão tipo espaguete nº 10, à base de farinha de sêmola ou semolina e ovos. Submetido a processos tecnológicos adequados. Embalagem de 500 g.	600	Pacotes	458955
39	Macarrão de Lasanha	Massa para lasanha produzida com farinha de trigo e ovos. Embalagem 500g	200	Unidades	458998
40	Macarrão parafuso	Macarrão tipo parafuso, à base de farinha de trigo e ovos. Submetido a processos tecnológicos adequados. Embalagem de 500 g.	600	Pacotes	217243
41	Maionese	Maionese de boa qualidade, cremosa, tipo tradicional. Composta de água, óleos vegetais, sal, vitaminas, corante natural, conservantes e aromatizantes, desde que permitidos pela legislação. Não poderá conter leite e derivados na composição, sem gordura trans e sem colesterol. Embalagem de 500 g.	500	Unidades	326927
42	Margarina vegetal	Margarina vegetal de boa qualidade. Composta de água, óleos vegetais, sal, vitaminas, corante natural, conservantes e aromatizantes, desde que permitidos pela legislação. Não poderá conter leite e derivados na composição, sem gordura trans e sem colesterol. Embalagem de 500 g.	2.000	Unidades	463699
43	Milho de pipoca	Grãos de milho, pequenos e duros que tem a capacidade de estourar quando aquecidos em torno de 180° C. Embalagem de 500 g.	600	Pacotes	462122
44	Milho verde em conserva	Produto preparado com milho de 1ª qualidade previamente debulhado, envasados pré-cozidos, reidratados, imersos ou não em líquido de cobertura apropriados (salmoura). Peso drenado 170 a 200g.	600	Unidades	462824
45	Mistura para bolo	Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal interesterificada, amido de milho, sal e fermentos químicos. Sabores diversos. Embalagem de 400 a 450g.	400	Unidades	279242
46	Molho de tomate	Composição tomate, amido modificado, açúcar, sal, óleo de soja, cebola em flocos, alho, salsa em flocos. Tipo refogado, embalagem de 300g.	400	Unidades	459672
47	Molho inglês	Água, vinagre, açúcar, sal, molho de alho, condimento preparado sabor carne, especiarias (noz-moscada, pimenta do reino, páprica doce, louro, gengibre, manjerona e cravo). Embalagem de 150 ml	100	Unidades	459655
48	Óleo de soja	Óleo extraído da soja e submetido ao processo de refino e desodorização. Composição óleo vegetal e antioxidante. Embalagem de 900 ml.	1.000	Unidades	463692
49	Orégano	Folhas de orégano secas e desidratadas, utilizadas como condimento. Embalagem de 100g.	100	Unidades	463916
50	Pasta de alho e sal (tempero)	Pasta de alho e sal, sem pimenta, embalada em potes plásticos. Embalagem de 1 kg	50	Unidades	269172
51	Pirulitos sortidos	Pirulitos sortidos com média de 50 unidades por pacote e mínimo de 3 sabores distintos. Embalagem de 500 a 600g	80	Pacotes	483634

52	Pó para preparo de gelatina	Pó para preparo de gelatina sabor variado. Embalagem de 30g a 35g.	600	Unidades	462729
53	Muçarela	Laticínio tipo muçarela de boa qualidade, em fatias. Embalagem com 1 kg.	250	Unidades	446636
54	Refrigerante sabor Guaraná	Água gaseificada, adicionadas de açúcares ou de outros edulcorantes ou aromatizadas e outras bebidas não alcoólicas. Sabor Guaraná. Garrafa PET de 2 litros.	500	Unidades	217785
55	Refrigerante Sabor Cola	Água gaseificada, adicionadas de açúcares ou de outros edulcorantes ou aromatizadas e outras bebidas não alcoólicas. Sabor Cola. Garrafa PET de 2 litros.	500	Unidades	217784
56	Refrigerante Sabor Laranja	Água gaseificada, adicionadas de açúcares ou de outros edulcorantes ou aromatizadas e outras bebidas não alcoólicas. Sabor Laranja. Garrafa PET de 2 litros.	300	Unidades	217781
57	Requeijão	Laticínio tipo requeijão de boa qualidade, cremoso. Pote com 200 a 250g	300	Unidades	405351
58	Sal refinado	Sal refinado iodado, tipo mesa e não tóxico. Embalagem de 1kg.	120	Pacotes	291893
59	Suco concentrado de caju	Suco integral de caju concentrado, sem açúcar. Embalagem de 1 litro.	2.600	Unidades	252018
60	Suco concentrado de goiaba	Suco integral de goiaba concentrado, sem açúcar. Embalagem de 1 litro.	2.600	Unidades	252016
61	Suco concentrado de maracujá	Suco de maracujá integral concentrado, sem açúcar. Embalagem de 1 litro.	2.600	Unidades	252285
62	Trigo para quibe	Trigo (grãos processados) para quibe ou triguilho. Embalagem de 500 g.	50	Unidades	326330
63	Vinagre de maçã	Fermentado acético de maçã, água potável e conservante. Embalagem de 750 ml.	100	Unidades	340581
64	Fórmula infantil anti-regurgitação	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes anti-regurgitação, em pó, desde o nascimento, formulada para condições de refluxo gastroesofágico. Possui proteínas lácteas, adicionada de prebióticos, ácido docosahexaenóico (DHA), ácido araquidônico (ARA) e nucleotídeos Sabor: Isento Embalagem: lata de 800g Produto referência: Aptamil AR.	50	Lata	442237
65	Fórmula infantil para lactentes de 0-6 meses	Fórmula infantil de partida para lactentes de 0 (zero) a 6 (seis) meses, em pó, a base de proteínas lácteas, adicionada de prebióticos, ácido docosahexaenóico (DHA), ácido araquidônico (ARA) e nucleotídeos. Sabor: Isento Embalagem: lata de 800g Produtos referência: Aptamil Premium 01 e Nan Comfor 01	200	Lata	442237
66	Fórmula infantil de seguimento para lactentes de 6-12 meses	Fórmula infantil de seguimento para lactentes de 6 (seis) a 12 (doze) meses, em pó, a base de proteínas lácteas, adicionada de prebióticos, ácido docosahexaenóico (DHA), ácido araquidônico (ARA) e nucleotídeos.	200	Lata	436761

		Sabor: Isento. Embalagem: lata de 800g Produto referência: Aptamil Premium 02 e Nan Comfor 02			
--	--	---	--	--	--

4. LOCAL DE ENTREGA E PRAZO DE FORNECIMENTO

4.1. As entregas deverão ser providenciadas em até 07 (sete) dias úteis após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pela **contratante**.

4.2. Endereço para entrega:

Na Secretaria de Desenvolvimento Social: Rua Gama Cerqueira, 70, Vila Domingos Lopes, CEP: 36774-009, no horário de 8:00 as 11:00 e de 13:00 as 16:00.

4.3. A mercadoria será rigorosamente avaliada no ato da entrega, segundo as especificações e quantidades.

4.4. Caso a mercadoria esteja em desacordo ao que foi licitado, a mesma não será recebida e as notas de entrega não serão assinadas.

4.5. As notas fiscais deverão ser assinadas por um funcionário responsável pelo recebimento.

4.6. O horário de entrega deverá ser **estritamente respeitado**, de 8:00 às 11:00 e de 13:00 às 16:00, exclusivamente em dias úteis.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. A contratada deverá:

5.1.1. Providenciar as entregas em até 07 (sete) dias úteis após o recebimento da Autorização de Fornecimento, emitida pela **contratante**.

5.1.2. O transporte, a carga e a descarga devem garantir a integridade e a qualidade do(s) produto(s).

5.1.3. Entregar os produtos no endereço descrito no item 4.2, em conformidade com a Autorização de Fornecimento emitida, obedecendo-se especificações e quantidades estabelecidas neste Termo.

5.1.4. Assumir total responsabilidade com despesas relativas a transporte, fretes, bem como qualquer outra relacionada à entrega do(s) produto(s).

5.1.5. Efetuar a troca satisfatoriamente do(s) produto(s), caso estejam em desconformidade com o contrato (destacando problemas relacionados a validade e condições de uso), no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a recusa ou notificação, sem prejuízo das sanções previstas.

5.1.6. Entregar a nota fiscal juntamente com o(s) produto(s), sob pena das sanções previstas no contrato e em lei.

5.1.7. Comunicar à **contratante** qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgarem-se necessários.

5.1.8. Manter-se, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas.

5.1.9. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional para a **contratante**.

5.1.10. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **contratante**, atendendo de imediato às reclamações.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. A contratante deverá:

- 6.1.1. Promover o acompanhamento e a fiscalização da entrega do(s) objeto(s) da aquisição.
- 6.1.2. Prestar informações, relativas ao(s) objeto(s) da aquisição, que venham a ser solicitadas pela licitante vencedora.
- 6.1.3. Rejeitar o(s) produto(s) que não satisfizerem aos padrões exigidos nas especificações e recomendações da **contratante**.
- 6.1.4. Efetuar o pagamento do valor constante na nota fiscal/fatura, em até 30 (trinta) dias consecutivos após o recebimento da mesma, devidamente atestada.
- 6.1.5. Notificar a **contratada**, por escrito, quando não efetuar entrega da mercadoria, após 07 (sete) dias úteis do recebimento da Autorização de Fornecimento.
- 6.1.6. Notificar a **contratada**, por escrito, de quaisquer irregularidades que venham a ocorrer durante o todo o processo de aquisição.
- 6.1.7. Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares durante todo o processo.
- 6.1.8. Cumprir e fazer-se cumprir o disposto nas cláusulas deste Termo de Referência.
- 6.1.9. Definir responsável pela fiscalização do contrato, sendo neste caso o funcionário Carla Rocha Patrício.

7. CENTRO DE CUSTO

UNIDADE/CENTRO DE CUSTO
02.07 – FUNDO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

8. DO VALOR ESTIMADO

- 8.1. O valor total estimado para a presente licitação é de **R\$ 461.629,68** (Quatrocentos e sessenta e um mil, seiscentos e vinte e nove reais e sessenta e oito centavos), de acordo com preços praticados no mercado, conforme pesquisa de preços (banco de preços) em anexo.
- 8.2. No preço proposto já deverão estar incluídos todos os custos necessários para o cumprimento do objeto da licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

9. DAS PENALIDADES

- 9.1. À licitante vencedora poderá ser aplicada as penalidades expressamente previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores pelo não fornecimento do objeto, conforme especificado neste Termo de Referência.

10. DA ELABORAÇÃO

- 10.1 Responsável pela pesquisa de preço e elaboração de Termo de Referência: Carla da Rocha Patrício (Setor de Compras da Secretaria de Desenvolvimento Social).

Carla Rocha Patrício
Fiscal de Ata/Contrato

Ana Carolina Almeida Damasceno
Secretária de Desenvolvimento Social

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 264/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 109/2023
REGISTRO DE PREÇOS Nº 138/2023

Tipo de Licitação: MENOR PREÇO POR ITEM

Data: 08 de janeiro de 2024.

Horário: 9 (nove) horas

Local: www.comprasnet.com.br

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE

EMAIL:

DADOS BANCÁRIOS:

Item	Produto	Descrição	Quantidade	Unidade	Marca	Vr. Unit	Vr. Total
1	Achocolatado	Achocolatado tipo em pó, sabor chocolate, mínimo de 30 % de cacau na sua composição, enriquecido com vitaminas e/ou minerais. Pacote de 400 gramas.	2.000	Unidades			
2	Açúcar cristal	Açúcar tipo cristal, obtido da cana de açúcar, livre de impurezas. Pacote de 5kg.	1.500	Pacotes			
3	Açúcar refinado	Açúcar tipo refinado, livre de impurezas. Pacote de 1kg.	300	Unidades			
4	Amendoim	Amendoim cru (in natura), sem casca, tamanho médio. Pacote de 500g.	50	Unidades			
5	Amido de milho	Amido de milho (amiláceo extraído do milho). Pacote de 1kg.	100	Pacotes			
6	Apresentado	Embutido tipo apresuntado de boa qualidade, em fatias, acondicionado em embalagem que permita visibilidade do produto. Embalagem com 1 kg.	200	Unidades			
7	Arroz	Arroz beneficiado, tipo agulhinha, subgrupo polido, longo fino, classe tipo 1, livre de impurezas. Pacote de 5kg.	800	Pacotes			
8	Atum em conserva	Atum sólido em óleo comestível. Peso líquido 170g, peso drenado 120g.	400	Latas			
9	Azeite de oliva	Azeite de oliva extra virgem, 500ml	160	Unidades			
10	Azeitona	Azeitonas verdes, com caroço, água, sal e acidulante. Embalagem peso drenado 500g.	200	Unidades			
11	Bala mastigável	Bala macia, mastigável, sortida, colorida e aromatizada artificialmente. Sabores diversos. Pacote de 600g	100	Pacotes			
12	Batata palha	Batata frita tipo palha, crocante, matéria-prima de primeira qualidade, seca, fina, pronta para consumo, sem sal. Embalagem de 500g.	650	Unidades			

13	Biscoito amanteigado	Biscoito amanteigado doce, à base de farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, açúcar invertido, amido, sal, fermentos químicos, acidulantes, emulsificantes e aromatizantes. Embalagem de 330 a 400g.	500	Pacotes			
14	Biscoito tipo maisena	Biscoito tipo maisena, doce, à base de farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico. Embalagem de 400 g.	1.000	Pacotes			
15	Biscoito recheado	Biscoito doce recheado à base de farinha de trigo, enriquecida com ferro e ácido fólico, aromatizantes. Sabor chocolate. Embalagem de 125 a 140 g.	1.000	Pacotes			
16	Biscoito cream cracker	Biscoito salgado à base de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, soro de leite, açúcar, sal, emulsificantes e fermentos químicos. Embalagem de 200g.	1.000	Pacotes			
17	Bombom	Bombom tipo bola com recheio à base de castanha de caju e cobertura de chocolate preto ao leite. Pacote contendo aproximadamente 50 unidades. Embalagem de 825 g a 1.000g.	150	Pacotes			
18	Caldo de carne	Preparado para caldo em pó, sabor carne. Embalagem com aproximadamente 1Kg.	50	Unidades			
19	Caldo de galinha	Preparado para caldo em pó, sabor galinha. Embalagem com aproximadamente 1Kg	50	Unidades			
20	Canela em pó	Canela tipo em pó. Embalagem 50 g.	50	Unidades			
21	Canjiquinha de milho	Canjiquinha de milho, amarela, fina, tipo1. Embalagem de 500 g.	100	Pacotes			
22	Cartela de ovos	Ovos brancos de galinha, tamanho grande, classe A, acondicionados em cartelas com 30 unidades.	250	Unidades			
23	Cereal infantil	Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, farinha de arroz, carbonato de cálcio, fosfato de sódio dibásico, vitaminas (vitaminas C, vitamina B1), fumarato ferroso e aroma vanilina. Contém traços de leite. Indicado para crianças a partir de 6 meses. Embalagem de 400g.	200	Lata			
24	Creme de leite	Creme de leite padronizado, leite em pó desnatado. Embalagem de 200g.	500	Unidades			
25	Doce de leite	Leite integral e/ou leite em pó integral reconstituído, açúcar, cloreto de sódio e lactose. Aspecto cremoso, embalagem de 400 g.	180	Unidades			
26	Ervilha	Ervilha em conserva pronta para o consumo. Embalagem peso drenado 170 a 200g	150	Unidades			
27	Extrato de tomate	Extrato à base de polpa de tomate, açúcar e sal. Embalagem de 340 g.	1.000	Lata			
28	Farinha de mandioca	Farinha de mandioca torrada, de primeira qualidade, seca, fina. Embalagem de 1 kg.	150	Pacotes			
29	Farinha de trigo sem fermento	Farinha de trigo tipo 1, especial sem fermento, enriquecida com ferro e ácido fólico. A Embalagem de 1 kg.	250	Pacotes			

30	Farinha de trigo	Farinha de trigo tipo 1, especial com fermento, à base de sal, fermento químico. Embalagem de 1 kg.	250	Pacotes			
31	Farinha láctea	Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, sal, aromatizante, açúcar, leite em pó integral, vitaminas e minerais. Para preparo instantâneo. Embalagem de 400 g.	150	Unidades			
32	Feijão vermelho	Feijão vermelho, Tipo 1, novo, seco, cru (in natura), constituído de grãos da mesma coloração. Embalagem de 1 kg.	1.700	Unidades			
33	Fermento em pó	Amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Sem glúten. Embalagem de 100 g.	100	Unidades			
34	Fubá de milho	Fubá de milho de boa qualidade, enriquecido com ferro e ácido fólico. Embalagem de 1 kg.	200	Pacotes			
35	logurte	logurte integral, pronto para consumir, sabor sortido, produzido com frutas naturais. Embalagem 170g	1.000	Unidades			
36	Leite condensado	Leite integral e/ou leite em pó integral, açúcar e lactose. Embalagem de 395 g	600	Unidades			
37	Leite em pó instantâneo	Produto adquirido por meio da desidratação do leite integral. Leite integral e emulsificante lecitina de soja. Embalagem de 400g.	200	Unidades			
38	Macarrão espaguete	Macarrão tipo espaguete nº 10, à base de farinha de sêmola ou semolina e ovos. Submetido a processos tecnológicos adequados. Embalagem de 500 g.	600	Pacotes			
39	Macarrão de Lasanha	Massa para lasanha produzida com farinha de trigo e ovos. Embalagem 500g	200	Unidades			
40	Macarrão parafuso	Macarrão tipo parafuso, à base de farinha de trigo e ovos. Submetido a processos tecnológicos adequados. Embalagem de 500 g.	600	Pacotes			
41	Maionese	Maionese de boa qualidade, cremosa, tipo tradicional. Composta de água, óleos vegetais, sal, vitaminas, corante natural, conservantes e aromatizantes, desde que permitidos pela legislação. Não poderá conter leite e derivados na composição, sem gordura trans e sem colesterol. Embalagem de 500 g.	500	Unidades			
42	Margarina vegetal	Margarina vegetal de boa qualidade. Composta de água, óleos vegetais, sal, vitaminas, corante natural, conservantes e aromatizantes, desde que permitidos pela legislação. Não poderá conter leite e derivados na composição, sem gordura trans e sem colesterol. Embalagem de 500 g.	2.000	Unidades			
43	Milho de pipoca	Grãos de milho, pequenos e duros que tem a capacidade de estourar quando aquecidos em torno de 180° C. Embalagem de 500 g.	600	Pacotes			
44	Milho verde em conserva	Produto preparado com milho de 1ª qualidade previamente debulhado, envasados pré-cozidos, reidratados, imersos ou não em líquido de cobertura apropriados (salmoura). Peso drenado 170 a 200g.	600	Unidades			
45	Mistura para bolo	Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal interesterificada, amido de milho, sal e fermentos químicos. Sabores diversos. Embalagem de 400 a 450g.	400	Unidades			

46	Molho de tomate	Composição tomate, amido modificado, açúcar, sal, óleo de soja, cebola em flocos, alho, salsa em flocos. Tipo refogado, embalagem de 300g.	400	Unidades			
47	Molho inglês	Água, vinagre, açúcar, sal, molho de alho, condimento preparado sabor carne, especiarias (noz-moscada, pimenta do reino, páprica doce, louro, gengibre, manjerona e cravo). Embalagem de 150 ml	100	Unidades			
48	Óleo de soja	Óleo extraído da soja e submetido ao processo de refino e desodorização. Composição óleo vegetal e antioxidante. Embalagem de 900 ml.	1.000	Unidades			
49	Orégano	Folhas de orégano secas e desidratadas, utilizadas como condimento. Embalagem de 100g.	100	Unidades			
50	Pasta de alho e sal (tempero)	Pasta de alho e sal, sem pimenta, embalada em potes plásticos. Embalagem de 1 kg	50	Unidades			
51	Pirulitos sortidos	Pirulitos sortidos com média de 50 unidades por pacote e mínimo de 3 sabores distintos. Embalagem de 500 a 600g	80	Pacotes			
52	Pó para preparo de gelatina	Pó para preparo de gelatina sabor variado. Embalagem de 30g a 35g.	600	Unidades			
53	Muçarela	Laticínio tipo muçarela de boa qualidade, em fatias. Embalagem com 1 kg.	250	Unidades			
54	Refrigerante sabor Guaraná	Água gaseificada, adicionadas de açúcares ou de outros edulcorantes ou aromatizadas e outras bebidas não alcoólicas. Sabor Guaraná. Garrafa PET de 2 litros.	500	Unidades			
55	Refrigerante Sabor Cola	Água gaseificada, adicionadas de açúcares ou de outros edulcorantes ou aromatizadas e outras bebidas não alcoólicas. Sabor Cola. Garrafa PET de 2 litros.	500	Unidades			
56	Refrigerante Sabor Laranja	Água gaseificada, adicionadas de açúcares ou de outros edulcorantes ou aromatizadas e outras bebidas não alcoólicas. Sabor Laranja. Garrafa PET de 2 litros.	300	Unidades			
57	Requeijão	Laticínio tipo requeijão de boa qualidade, cremoso. Pote com 200 a 250g	300	Unidades			
58	Sal refinado	Sal refinado iodado, tipo mesa e não tóxico. Embalagem de 1kg.	120	Pacotes			
59	Suco concentrado de caju	Suco integral de caju concentrado, sem açúcar. Embalagem de 1 litro.	2.600	Unidades			
60	Suco concentrado de goiaba	Suco integral de goiaba concentrado, sem açúcar. Embalagem de 1 litro.	2.600	Unidades			
61	Suco concentrado de maracujá	Suco de maracujá integral concentrado, sem açúcar. Embalagem de 1 litro.	2.600	Unidades			
62	Trigo para quibe	Trigo (grãos processados) para quibe ou triguilho. Embalagem de 500 g.	50	Unidades			
63	Vinagre de maçã	Fermentado acético de maçã, água potável e conservante. Embalagem de 750 ml.	100	Unidades			
64	Fórmula infantil anti-regurgitação	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes anti-regurgitação, em pó, desde o nascimento, formulada para condições de refluxo gastroesofágico.	50	Lata			

		Possui proteínas lácteas, adicionada de prebióticos, ácido docosahexaenóico (DHA), ácido araquidônico (ARA) e nucleotídeos Sabor: Isento Embalagem: lata de 800g Produto referência: Aptamil AR.					
65	Fórmula infantil para lactentes de 0-6 meses	Fórmula infantil de partida para lactentes de 0 (zero) a 6 (seis) meses, em pó, a base de proteínas lácteas, adicionada de prebióticos, ácido docosahexaenóico (DHA), ácido araquidônico (ARA) e nucleotídeos. Sabor: Isento Embalagem: lata de 800g Produtos referência: Aptamil Premium 01 e Nan Comfor 01	200	Lata			
66	Fórmula infantil de seguimento para lactentes de 6-12 meses	Fórmula infantil de seguimento para lactentes de 6 (seis) a 12 (doze) meses, em pó, a base de proteínas lácteas, adicionada de prebióticos, ácido docosahexaenóico (DHA), ácido araquidônico (ARA) e nucleotídeos. Sabor: Isento. Embalagem: lata de 800g Produto referência: Aptamil Premium 02 e Nan Comfor 02	200	Lata			
						TOTAL	

Declaramos para os devidos fins e sob as penas da lei que:

- 1- Estão incluídas, nos preços cotados, todas as despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o cumprimento do objeto deste Pregão.
- 2- Será cumprido o fornecimento de acordo com a especificação da proposta e com o edital, a partir da assinatura do contrato.
- 3- Esta proposta tem validade de 60 dias

_____, ____ de _____ de 2023
(Cidade e data)

(representante legal)

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos _____ dias do mês de _____ de 2024, reuniram-se na Prefeitura Municipal de Cataguases, tendo como Pregoeiro o Sr. Neimar Garcia de Oliveira, Pregoeira Substituta a Sra. Janete Aparecida Garcia e Equipe de Apoio ao Pregão, designados pela portaria nº 390/2023 doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n. 3648/10 e Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório nº 264/2023, na modalidade Pregão Eletrônico nº 109/2023 para Registro de Preços nº 138/2023, cujo o resultado do procedimento licitatório foi homologado pelo Prefeito Senhor José Henriques, registrar preços para futura e eventual **contratação de empresa especializada em fornecimento de gêneros alimentícios com entrega parcelada para atender as demandas da Secretaria de Desenvolvimento Social de Cataguases/MG**, nos termos e condições descritas no **Anexo I – Termo de Referência** do Edital da respectiva secretaria, que passa a fazer parte desta, tendo sido, os referidos descontos, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas em 1º lugar no certame acima numerado.

Consideram-se registrados os seguintes preços da Detentora da Ata: _____, CNPJ nº _____, representado pelo Sr. _____ (qualificação):

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 Registrar preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de gêneros alimentícios com entrega parcelada para atender as demandas da Secretaria de Desenvolvimento Social de Cataguases/MG, a saber:

ITEM	PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO	QTD	UND	MARCA	VR. UNIT	VR. TOTAL
1	Achocolatado	Achocolatado tipo em pó, sabor chocolate, mínimo de 30 % de cacau na sua composição, enriquecido com vitaminas e/ou minerais. Pacote de 400 gramas.	2.000	UND			
2	Açúcar cristal	Açúcar tipo cristal, obtido da cana de açúcar, livre de impurezas. Pacote de 5kg.	1.500	PCT			
3	Açúcar refinado	Açúcar tipo refinado, livre de impurezas. Pacote de 1kg.	300	UND			
4	Amendoim	Amendoim cru (in natura), sem casca, tamanho médio. Pacote de 500g.	50	UND			
5	Amido de milho	Amido de milho (amiláceo extraído do milho). Pacote de 1kg.	100	PCT			
6	Apresentado	Embutido tipo apresentado de boa qualidade, em fatias, acondicionado em embalagem que permita visibilidade do produto. Embalagem com 1 kg.	200	UND			
7	Arroz	Arroz beneficiado, tipo agulhinha, subgrupo polido, longo fino, classe tipo 1, livre de impurezas. Pacote de 5kg.	800	PCT			
8	Atum em conserva	Atum sólido em óleo comestível. Peso líquido 170g, peso drenado 120g.	400	LT			

9	Azeite de oliva	Azeite de oliva extra virgem, 500ml	160	UND			
10	Azeitona	Azeitonas verdes, com caroço, água, sal e acidulante. Embalagem peso drenado 500g.	200	UND			
11	Bala mastigável	Bala macia, mastigável, sortida, colorida e aromatizada artificialmente. Sabores diversos. Pacote de 600g	100	PCT			
12	Batata palha	Batata frita tipo palha, crocante, matéria-prima de primeira qualidade, seca, fina, pronta para consumo, sem sal. Embalagem de 500g.	650	UND			
13	Biscoito amanteigado	Biscoito amanteigado doce, à base de farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, açúcar invertido, amido, sal, fermentos químicos, acidulantes, emulsificantes e aromatizantes. Embalagem de 330 a 400g.	500	PCT			
14	Biscoito tipo maisena	Biscoito tipo maisena, doce, à base de farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico. Embalagem de 400 g.	1.000	PCT			
15	Biscoito recheado	Biscoito doce recheado à base de farinha de trigo, enriquecida com ferro e ácido fólico, aromatizantes. Sabor chocolate. Embalagem de 125 a 140 g.	1.000	PCT			
16	Biscoito cream cracker	Biscoito salgado à base de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, soro de leite, açúcar, sal, emulsificantes e fermentos químicos. Embalagem de 200g.	1.000	PCT			
17	Bombom	Bombom tipo bola com recheio à base de castanha de caju e cobertura de chocolate preto ao leite. Pacote contendo aproximadamente 50 unidades. Embalagem de 825 g a 1.000g.	150	PCT			
18	Caldo de carne	Preparado para caldo em pó, sabor carne. Embalagem com aproximadamente 1Kg.	50	UND			
19	Caldo de galinha	Preparado para caldo em pó, sabor galinha. Embalagem com aproximadamente 1Kg	50	UND			
20	Canela em pó	Canela tipo em pó. Embalagem 50 g.	50	UND			
21	Canjiquinha de milho	Canjiquinha de milho, amarela, fina, tipo1. Embalagem de 500 g.	100	PCT			
22	Cartela de ovos	Ovos brancos de galinha, tamanho grande, classe A, acondicionados em cartelas com 30 unidades.	250	UND			

23	Cereal infantil	Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, farinha de arroz, carbonato de cálcio, fosfato de sódio dibásico, vitaminas (vitaminas C, vitamina B1), fumarato ferroso e aroma vanilina. Contém traços de leite. Indicado para crianças a partir de 6 meses. Embalagem de 400g.	200	LT			
24	Creme de leite	Creme de leite padronizado, leite em pó desnatado. Embalagem de 200g.	500	UND			
25	Doce de leite	Leite integral e/ou leite em pó integral reconstituído, açúcar, cloreto de sódio e lactose. Aspecto cremoso, embalagem de 400 g.	180	UND			
26	Ervilha	Ervilha em conserva pronta para o consumo. Embalagem peso drenado 170 a 200g	150	UND			
27	Extrato de tomate	Extrato à base de polpa de tomate, açúcar e sal. Embalagem de 340 g.	1.000	LT			
28	Farinha de mandioca	Farinha de mandioca torrada, de primeira qualidade, seca, fina. Embalagem de 1 kg.	150	PCT			
29	Farinha de trigo sem fermento	Farinha de trigo tipo 1, especial sem fermento, enriquecida com ferro e ácido fólico. A Embalagem de 1 kg.	250	PCT			
30	Farinha de trigo	Farinha de trigo tipo 1, especial com fermento, à base de sal, fermento químico. Embalagem de 1 kg.	250	PCT			
31	Farinha láctea	Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, sal, aromatizante, açúcar, leite em pó integral, vitaminas e minerais. Para preparo instantâneo.Embalagem de 400 g.	150	UND			
32	Feijão vermelho	Feijão vermelho, Tipo 1, novo, seco, cru (in natura), constituído de grãos da mesma coloração. Embalagem de 1 kg.	1.700	UND			
33	Fermento em pó	Amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Sem glúten. Embalagem de 100 g.	100	UND			
34	Fubá de milho	Fubá de milho de boa qualidade, enriquecido com ferro e ácido fólico. Embalagem de 1 kg.	200	PCT			
35	logurte	logurte integral, pronto para consumir, sabor sortido,	1.000	UND			

		produzido com frutas naturais. Embalagem 170g				
36	Leite condensado	Leite integral e/ou leite em pó integral, açúcar e lactose. Embalagem de 395 g	600	UND		
37	Leite em pó instantâneo	Produto adquirido por meio da desidratação do leite integral. Leite integral e emulsificante lecitina de soja. Embalagem de 400g.	200	UND		
38	Macarrão espaguete	Macarrão tipo espaguete nº 10, à base de farinha de sêmola ou semolina e ovos. Submetido a processos tecnológicos adequados. Embalagem de 500 g.	600	PCT		
39	Macarrão de Lasanha	Massa para lasanha produzida com farinha de trigo e ovos. Embalagem 500g	200	UND		
40	Macarrão parafuso	Macarrão tipo parafuso, à base de farinha de trigo e ovos. Submetido a processos tecnológicos adequados. Embalagem de 500 g.	600	PCT		
41	Maionese	Maionese de boa qualidade, cremosa, tipo tradicional. Composta de água, óleos vegetais, sal, vitaminas, corante natural, conservantes e aromatizantes, desde que permitidos pela legislação. Não poderá conter leite e derivados na composição, sem gordura trans e sem colesterol. Embalagem de 500 g.	500	UND		
42	Margarina vegetal	Margarina vegetal de boa qualidade. Composta de água, óleos vegetais, sal, vitaminas, corante natural, conservantes e aromatizantes, desde que permitidos pela legislação. Não poderá conter leite e derivados na composição, sem gordura trans e sem colesterol. Embalagem de 500 g.	2.000	UND		
43	Milho de pipoca	Grãos de milho, pequenos e duros que tem a capacidade de estourar quando aquecidos em torno de 180º C. Embalagem de 500 g.	600	PCT		
44	Milho verde em conserva	Produto preparado com milho de 1ª qualidade previamente debulhado, envasados pré-cozidos, reidratados, imersos ou não em líquido de cobertura apropriados (salmoura). Peso drenado 170 a 200g.	600	UND		
45	Mistura para bolo	Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal	400	UND		

		interesterificada, amido de milho, sal e fermentos químicos. Sabores diversos. Embalagem de 400 a 450g.				
46	Molho de tomate	Composição tomate, amido modificado, açúcar, sal, óleo de soja, cebola em flocos, alho, salsa em flocos. Tipo refogado, embalagem de 300g.	400	UND		
47	Molho inglês	Água, vinagre, açúcar, sal, molho de alho, condimento preparado sabor carne, especiarias (noz-moscada, pimenta do reino, páprica doce, louro, gengibre, manjerona e cravo). Embalagem de 150 ml	100	UND		
48	Óleo de soja	Óleo extraído da soja e submetido ao processo de refino e desodorização. Composição óleo vegetal e antioxidante. Embalagem de 900 ml.	1.000	UND		
49	Orégano	Folhas de orégano secas e desidratadas, utilizadas como condimento. Embalagem de 100g.	100	UND		
50	Pasta de alho e sal (tempero)	Pasta de alho e sal, sem pimenta, embalada em potes plásticos. Embalagem de 1 kg	50	UND		
51	Pirulitos sortidos	Pirulitos sortidos com média de 50 unidades por pacote e mínimo de 3 sabores distintos. Embalagem de 500 a 600g	80	PCT		
52	Pó para preparo de gelatina	Pó para preparo de gelatina sabor variado. Embalagem de 30g a 35g.	600	UND		
53	Muçarela	Laticínio tipo muçarela de boa qualidade, em fatias. Embalagem com 1 kg.	250	UND		
54	Refrigerante sabor Guaraná	Água gaseificada, adicionadas de açúcares ou de outros edulcorantes ou aromatizadas e outras bebidas não alcoólicas. Sabor Guaraná. Garrafa PET de 2 litros.	500	UND		
55	Refrigerante Sabor Cola	Água gaseificada, adicionadas de açúcares ou de outros edulcorantes ou aromatizadas e outras bebidas não alcoólicas. Sabor Cola. Garrafa PET de 2 litros.	500	UND		
56	Refrigerante Sabor Laranja	Água gaseificada, adicionadas de açúcares ou de outros edulcorantes ou aromatizadas e outras bebidas não alcoólicas. Sabor Laranja. Garrafa PET de 2 litros.	300	UND		
57	Requeijão	Laticínio tipo requeijão de boa qualidade, cremoso. Pote com 200 a 250g	300	UND		
58	Sal refinado	Sal refinado iodado, tipo mesa e	120	PCT		

		não tóxico. Embalagem de 1kg.				
59	Suco concentrado de caju	Suco integral de caju concentrado, sem açúcar. Embalagem de 1 litro.	2.600	UND		
60	Suco concentrado de goiaba	Suco integral de goiaba concentrado, sem açúcar. Embalagem de 1 litro.	2.600	UND		
61	Suco concentrado de maracujá	Suco de maracujá integral concentrado, sem açúcar. Embalagem de 1 litro.	2.600	UND		
62	Trigo para quibe	Trigo (grãos processados) para quibe ou triguilho. Embalagem de 500 g.	50	UND		
63	Vinagre de maçã	Fermentado acético de maçã, água potável e conservante. Embalagem de 750 ml.	100	UND		
64	Fórmula infantil anti-regurgitação	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes anti-regurgitação, em pó, desde o nascimento, formulada para condições de refluxo gastroesofágico. Possui proteínas lácteas, adicionada de prebióticos, ácido docosahexaenólico (DHA), ácido araquidônico (ARA) e nucleotídeos Sabor : Isento Embalagem : lata de 800g Produto referência: Aptamil AR.	50	LT		
65	Fórmula infantil para lactentes de 0-6 meses	Fórmula infantil de partida para lactentes de 0 (zero) a 6 (seis) meses, em pó, a base de proteínas lácteas, adicionada de prebióticos, ácido docosahexaenólico (DHA), ácido araquidônico (ARA) e nucleotídeos. Sabor : Isento Embalagem : lata de 800g Produtos referência: Aptamil Premium 01 e Nan Comfor 01	200	LT		
66	Fórmula infantil de seguimento para lactentes de 6-12 meses	Fórmula infantil de seguimento para lactentes de 6 (seis) a 12 (doze) meses, em pó, a base de proteínas lácteas, adicionada de prebióticos, ácido docosahexaenólico (DHA), ácido araquidônico (ARA) e nucleotídeos. Sabor : Isento. Embalagem : lata de 800g Produto referência: Aptamil Premium 02 e Nan Comfor 02	200	LT		
						TOTAL:

CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

2.1 As entregas deverão ser providenciadas em até 07 (sete) dias úteis após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pela **contratante**.

2.2 Endereço para entrega:

Na Secretaria de Desenvolvimento Social: Rua Gama Cerqueira, 70, Vila Domingos Lopes, CEP: 36774-009, no horário de 8:00 as 11:00 e de 13:00 as 16:00.

2.3 A mercadoria será rigorosamente avaliada no ato da entrega, segundo as especificações e quantidades.

2.4 Caso a mercadoria esteja em desacordo ao que foi licitado, a mesma não será recebida e as notas de entrega não serão assinadas.

2.5 As notas fiscais deverão ser assinadas por um funcionário responsável pelo recebimento.

2.6 O horário de entrega deverá ser **estritamente respeitado**, de 8:00 às 11:00 e de 13:00 às 16:00, exclusivamente em dias úteis.

2.7 Aos produtos em que as normas de qualidade/segurança/sustentabilidade se aplicam, deverão ser apresentados com os selos, registros e/ ou outros documentos que atestem estes quesitos entre outros correspondentes às legislações vigentes aplicáveis a cada um, ou sua isenção quando couber.

2.8 Todos os itens descritos na cláusula primeira devem estar acondicionados em embalagem atóxica, não violados, livre de sujidades, parasitas, larvas e detritos animais ou vegetais.

2.9 Todos os itens constantes na cláusula primeira devem estar acondicionados em embalagem original do fabricante contendo as especificações, procedência, componentes e data de validade.

2.10 As datas de validade de cada item deverão ser de no mínimo 70%, a partir da data de entrega.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de **12 (doze) meses**, a partir da sua assinatura.

3.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cataguases não será obrigado a adquirir o serviço referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem;

4.2. Os Órgãos e entidades da Administração municipal, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação;

4.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, quando os quantitativos forem superiores aos previstos em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas;

4.4. A Prefeitura Municipal de Cataguases será responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, os fornecedores para os quais serão emitidos os pedidos;

4.5. O valor ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado no objeto desta Ata sobre proposta apresentada no **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 109/2023**.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 Providenciar as entregas em até 07 (sete) dias úteis após o recebimento da Autorização de Fornecimento, emitida pela **contratante**.

5.2 O transporte, a carga e a descarga devem garantir a integridade e a qualidade do(s) produto(s).

5.3 Entregar os produtos no endereço descrito no item 4.2, em conformidade com a Autorização de Fornecimento emitida, obedecendo-se especificações e quantidades estabelecidas neste Termo.

5.4 Assumir total responsabilidade com despesas relativas a transporte, fretes, bem como qualquer outra relacionada à entrega do(s) produto(s).

5.5 Efetuar a troca satisfatoriamente do(s) produto(s), caso estejam em desconformidade com o contrato (destacando problemas relacionados a validade e condições de uso), no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a recusa ou notificação, sem prejuízo das sanções previstas.

5.6 Entregar a nota fiscal juntamente com o(s) produto(s), sob pena das sanções previstas no contrato e em lei.

5.7 Comunicar à **contratante** qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgarem-se necessários.

5.8 Manter-se, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas.

5.9 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional para a **contratante**.

5.10 Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **contratante**, atendendo de imediato às reclamações.

CLÁUSULA SEXTA- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Promover o acompanhamento e a fiscalização da entrega do(s) objeto(s) da aquisição.

6.2. Prestar informações, relativas ao(s) objeto(s) da aquisição, que venham a ser solicitadas pela licitante vencedora.

6.3. Rejeitar o(s) produto(s) que não satisfizerem aos padrões exigidos nas especificações e recomendações da **contratante**.

6.4. Efetuar o pagamento do valor constante na nota fiscal/fatura, em até 30 (trinta) dias consecutivos após o recebimento da mesma, devidamente atestada.

6.5. Notificar a **contratada**, por escrito, quando não efetuar entrega da mercadoria, após 07 (sete) dias úteis do recebimento da Autorização de Fornecimento.

6.6. Notificar a **contratada**, por escrito, de quaisquer irregularidades que venham a ocorrer durante o todo o processo de aquisição.

6.7. Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares durante todo o processo.

6.8. Cumprir e fazer-se cumprir o disposto nas cláusulas deste Termo de Referência.

6.9. Definir responsável pela fiscalização do contrato, sendo neste caso o funcionário Carla Rocha Patrício.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1 A dotação orçamentária destinada ao pagamento do objeto licitado está prevista e indicada no processo, pela área competente da Prefeitura Municipal de Cataguases, sob o número:

UNIDADE/CENTRO DE CUSTO
02.07 – FUNDO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
02.06 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

7.2 – O pagamento decorrente da concretização desta licitação será efetuado pelo Setor Financeiro da Prefeitura Municipal de Cataguases por processo legal, **no prazo de 30 (trinta) dias corridos** após a apresentação da Nota Fiscal, mediante a **apresentação da regularidade fiscal junto ao INSS FGTS, RECEITA FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.**

7.3 – Averiguada qualquer anormalidade, será emitido um termo de não recebimento, devendo nesta hipótese a contratada tomar às devidas providências necessárias visando à adequação de rigor, sem quaisquer ônus a Administração contratante ficando o recebimento definitivo e respectivo pagamento condicionado a efetiva adequação pertinente.

7.4 Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à empresa adjudicatária carta de correção quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada no prazo de 2 (dois) dias úteis;

7.5 Caso a contratada não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

8.1 O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento;

8.2 As despesas com o transporte e distribuição dos produtos correrão por conta e risco da Contratada, isentada a Prefeitura Municipal de Cataguases de quaisquer ônus e encargos.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Licitante/Contratada são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, neste Pregão e no Contrato;

9.2 Penalidades que poderão ser cominadas às licitantes:

I – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrada administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor da proposta por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto;
b) 2,0% (dois por cento) do valor da proposta, pela rescisão sem justo motivo, por parte da proponente vencedora;

c) O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 10,0% (dez por cento) do valor global do Contrato. Caso aconteça, o MUNICÍPIO terá o direito de rescindir o Contrato mediante notificação.

II – Suspensão, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, a licitante e/ou Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e suspenso do Cadastro Central de Fornecedores do Município de Cataguases, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, na hipótese de:

a) recusar-se a retirar a Autorização de Fornecimento ou assinar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;

c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;

d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;

e) não manter a proposta após a homologação;

f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;

g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;

h) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;

i) fraudar a execução do contrato;

j) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

9.3 Na aplicação das penalidades previstas neste Edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

9.4 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/Contratada.

9.5 Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.6 Quando comprovada uma dessas hipóteses, o Município de Cataguases poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades.

9.7 Se a CONTRATADA, sem justa causa não cumprir as exigências constantes da Nota de Empenho e/ou consignadas na sua proposta, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado, e comprovado a juízo da Secretaria Municipal de Administração, aplicar-se-ão as seguintes penalidades:

9.8 Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades;

9.9 Multa de até 10%(dez por cento), calculada sobre o valor do contrato ou do empenho, no caso do licitante vencedor não cumprir rigorosamente as exigências contratuais ou deixar de receber a Nota de Empenho, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente;

9.10 Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando da inexecução contratual sobrevierem prejuízos para a Administração;

9.11 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DA ATA

10.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

10.2 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bem registrados, cabendo à Prefeitura Municipal de Cataguases promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

10.3 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

10.4 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação

10.5 A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

10.6 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

11.1. A contratação da(s) licitante(s) vencedora(s) do presente Pregão será representada pela expedição das Autorizações de Fornecimento ou assinatura do contrato, da qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do produto licitado, quantitativo, desconto/valor, fornecedor, local e prazo para entrega dos produtos;

11.2. Ao assinar a Ata de Registro de Preços, a empresa obriga-se a prestar os serviços registrados, conforme especificações e condições contidas no edital, em seus anexos e também na proposta apresentada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços:

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) presentes razões de interesse público.

12.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

12.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maiores devidamente comprovados.

12.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item nesta cláusula, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE COMPRA

13.1. A aquisição dos serviços da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria /Prefeitura Municipal de Cataguases.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

14.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidores nos termos estabelecidos no presente instrumento, sendo: Carla Rocha Patrício.

14.2 Fica o CONTRATADO obrigado a permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização dos serviços contratados, facultando o livre acesso a todos os registros e documentos pertinentes, sem que essa fiscalização importe, a qualquer título, em transferência de responsabilidade para a CONTRATANTE.

14.3 A fiscalização ou acompanhamento do contrato pela Administração não excluiu ou reduz a responsabilidade do contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A questão decorrente da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Cidade de Cataguases - MG, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

Cataguases, ___ de _de 2024.

Pregoeiro

Prefeito de Cataguases

Fiscal do serviço

Fiscal do Serviço

Procurador Geral do Município